

REFLEXÕES E CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE TRABALHO E ÉTICA PROFISSIONAL

Autoras:

Sandra de Faria¹

Carmen Regina Paro²

Marly Machado Bento³

Wanessa Batista Melo⁴

INTRODUÇÃO

No ano em que se comemoram os 30 anos do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, aprovado em 1993, é imprescindível promover a reflexão sobre os seus fundamentos, bem como reforçar o compromisso coletivo de motivar e apoiar o debate sobre a ética e as profissões. Propósitos que mobilizam as entidades profissionais, acadêmicas e estudantis para realização do XI Simpósio e 38ª Semana da/o Assistente Social, no estado de Goiás.

As reflexões e contribuições que compõem o presente trabalho têm como base o debate e a teorização desenvolvidos pelo Serviço Social no Brasil sobre a categoria trabalho e ética, como dimensão fundamental da profissão, dotadas de desafios e contradições.

1. Breves considerações sobre a categoria trabalho e profissão

Uma análise histórico-teórica e crítica das profissões modernas, legalizadas, socialmente legitimadas e com formação acadêmica, demonstra que, no modo de produção capitalista, o pensamento social conservador, fundado no cientificismo positivista, direcionou o desenvolvimento do sistema de ensino superior, ligando as especializações, as profissões e a produção de conhecimento às relações sociais capitalistas particulares e a uma função

¹ Doutora em Serviço Social e Professora de Graduação e Mestrado em Serviço Social da PUC Goiás

² Mestre em Ciências da Religião e Professora da Graduação de Serviço Social da PUC Goiás

³ Mestre em Serviço Social e Professora da Graduação em Serviço Social da PUC Goiás

⁴ Mestre em Serviço Social e Professora da Graduação em Serviço Social da PUC Goiás

social imediata.

Com domínio amplo e sólido nas Ciências Sociais e Humanas, o pensamento social conservador influenciou e influencia na organização acadêmica e científica do conhecimento produzido nas várias áreas de especialização, favorecendo a difusão de uma razão instrumental e ideologicamente conservadora com a conversão acadêmica das ciências sociais e a sua utilização como uma variação e especialização do saber.

Segundo a tradição teórica positivista/funcionalista, o que funda uma profissão não são as relações de produção e reprodução da vida social, mas a função social e o estatuto profissional, resultantes de um saber científico e prático, de um ideal de competência fundado na formação/especialização.

Sob esse enfoque, as disciplinas, as instituições profissionais e a ideologia do profissionalismo surgem como respostas às necessidades sociais/individuais, contribuindo para a regulação e o controle social. Uma profissão é a expressão de valores de ordem ética, com configurações morais e/ou culturais. Assim, na ótica funcionalista, o que caracteriza e explica uma profissão é uma estrutura modelar que privilegia a relação profissional–cliente, tendo em vista promovê-la, reconhecê-la e regulamentá-la.

No nível analítico, o significado mais profundo do pensamento conservador passa por uma construção lógica e ideal do fenômeno das profissões e, embora sinalize que é necessário não confundir tendências efêmeras, de curto prazo, com tendências de longo prazo, e mudanças cíclicas com mudanças progressivas e lineares, estrutura os seus argumentos sob a ótica da profissão como ocupação estável e organizada, campo de competências e monopólio de especialidades, alicerçando, a partir da formalização de controles profissionais e de órgãos disciplinadores, uma ideologia do profissionalismo, que formaliza os conflitos e as contradições numa ética da competência.

No Serviço Social existem diferentes movimentos que criticam essa concepção de profissão e suas tendências, em diferentes continentes.

No Brasil, no contexto de renovação profissional e ruptura com o

conservadorismo, quando assumimos a perspectiva de articular os interesses corporativos com as reivindicações, interesses e necessidades sociais e históricas da classe trabalhadora, o esforço coletivo de elaborar outros fundamentos históricos, teóricos, técnicos e éticos do Serviço Social, apresenta-se como essencial.

Do debate e produção teórica destaca-se a pioneira abordagem crítica de Yamamoto e Carvalho, de 1982, ao tratamento conservador linear, focalista e a-histórico das profissões e em particular, do Serviço Social.

A análise do Serviço Social no contexto das relações sociais capitalistas, ampliou, num primeiro momento, as elaborações sobre o processo de genese e profissionalização do Serviço Social, e, em sua esteira, abriu condições para erodir a base do conservadorismo na profissão e desencadear o processo que visou à instauração de novos padrões intelectuais e profissionais no Serviço Social brasileiro.

Nesse direção analítica apreende-se que o fenômeno da origem, organização, legalização e legitimação das profissões relaciona-se, geneticamente, ao princípio fundamental da divisão social e hierárquica do trabalho que, no capitalismo, predomina de forma sistemática e generalizada.

No capitalismo o processo de trabalho está implicado à totalidade das relações de produção que formam a estrutura econômica da sociedade capitalista, “a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (Marx, 1982, p. 25).

O trabalho e seu processo de organização na sociedade burguesa estão condicionados ao modo de produção da vida material, ao desenvolvimento das forças produtivas materiais, como uma forma especificamente social que se apresenta, na sociedade, como trabalho produtor de valor de uso e, na sua determinidade material, como trabalho que apresenta valor de troca, abstrato, empregado na produção de mercadorias.

Essa distinção pressupõe o trabalho e o seu processo como uma determinação central da ontologia marxiana, forma que pertence exclusivamente ao homem e que constitui o centro de sua humanização. Como fenômeno originário do ser social, como constitutivo do ser que atua,

ele transforma, medeia, regula e controla o seu metabolismo com a Natureza, devendo ser considerado, de início, independente de qualquer forma social determinada.

Marx trata o processo de trabalho a partir de seus elementos simples e concretos, como atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas. Apresenta-o como condição natural e eterna da vida, ponto de partida fundamental e necessário para o desenvolvimento e a emancipação humana.

Na perspectiva analítica materialista e dialética a categoria trabalho é apreendido como atividade proposital, orientada pela inteligência; é produto especial da espécie humana – que é produto especial dessa forma de trabalho

O trabalho – ultrapassa a mera atividade instintiva – é força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como conhecemos

Por isso se torna essencial desvelar, investigar o trabalho e suas particularidades históricas. Na sociedade capitalista, o trabalho está posto sob condições sociais específicas, e essas são determinantes da divisão social e técnica.

Como afirma Antunes (2000, p.19),

o sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que *operou a subordinação estrutural* do trabalho ao *capital*. Não sendo consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável, esse sistema de metabolismo social é, segundo Mészáros, o resultado de um processo historicamente constituído, onde prevalece a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital.

Os enfoques teóricos que ignoram o processo de trabalho capitalista como um processo de acumulação e valorização do capital tendem a considerar a divisão social do trabalho como expressão da divisão técnica, da especialização moderna entre ramos, ofícios, ocupações e profissões, com apreciações especulativas quanto ao seu valor e suas formas.

Como afirma Marx para o processo de valorização do capital, é totalmente indiferente se o trabalho apropriado pelo capitalista é trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho mais complexo, trabalho de peso específico superior.

Como unidade do processo de trabalho e processo de formação de valor, o processo de produção é processo de produção de mercadorias; como unidade do processo de trabalho e processo de valorização, é ele processo de produção capitalista, forma capitalista de produção de mercadorias (MARX, 1988, p. 155)

Entender o trabalho em geral e o trabalho nas formas que ele assume sob as relações capitalistas de produção, significa apreender as particularidades do processo de trabalho e das complexas interações entre ferramentas e relações sociais, tecnologia e sociedade.

A produção capitalista – exige intercâmbios de relações, mercadorias e dinheiro, mas uma diferença específica é a compra e venda da força de trabalho. O propósito do emprego torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador.

Nas relações de produção de mercadorias a tendência das economias capitalistas é converter todas as demais formas de trabalho em trabalho assalariado, incluindo o trabalho especializado das profissões legalizadas.

A crescente proletarização das profissões no capitalismo da era digital incorporado os serviços ao circuito produtivo capitalista de produção de valor, orientada para a expansão da taxa de lucro do capital. Uma tendência que pode comprometer os princípios éticos das profissões e a autonomia, mesmo que relativa e restringida.

2. Os fundamentos ontológicos da ética e a particular relação entre ética e profissão.

A Teoria Social de Marx e a tradição marxista crivam medularmente a análise histórica do Serviço Social como profissão, examinando-a como uma especialização do trabalho coletivo. Interditam as elaborações que operam com a imediata e simples identificação fenomênica dos aspectos (protoformas) que constituem a gênese da profissão com o conhecimento histórico do processo de institucionalização profissional.

Outra exigência para a teorização no Serviço Social é ir além dos fundamentos teóricos e filosóficos que embasaram a formação e a ética tradicional do Serviço Social. O Serviço Social no Brasil, por meio do Conselho

Federal de Serviço Social, registra a aprovação de cinco códigos profissional, datados de 1947, 1965, 1975, 1986 e 1993.

A análise de Barroco sobre os Códigos de Ética de 1948, 1965 e 1975 explicita que

a tendência ao 'ajustamento social', à psicologização da questão social, transforma as demandas por direitos sociais em 'patologias'; com isso, o Serviço Social deixa de viabilizar o que eticamente é de sua responsabilidade: atender às necessidades dos usuários, realizar objetivamente seus direitos. Ao mesmo tempo, ao moralizar a 'questão social', transforma a moral em moralismo. O que reproduz uma ética profissional preconceituosa, negando o seu discurso humanitário (BARROCO, 2001, p. 94-95).

A reflexão proposta nem de longe alcança as dimensões do complexo que constitui o Serviço Social (dimensões teórica, técnica, ética, política, estética, cultural e ideológica), mas considera que é imprescindível destacar os limites da organização corporativa, como condição para objetivamente avançar na consciência de assalariado dos assistentes sociais e como parte da classe trabalhadora.

A Ética profissional é um componente fundamental desses desafios e contradições.

A Ética, para além da conceituação filosófica do estudo da moral, apresenta-se intrínseca em todas as esferas da vida social, se evidencia concretamente pela conexão entre a singularidade dos indivíduos com a sua generalidade enquanto ser social e universal. Mediante a práxis, tal conexão se processa por meio da apropriação da riqueza humana constituindo sujeitos livres, autônomos, conscientes e racionais.

A ética se configura, portanto, num campo aberto e infinito de possibilidades englobando o passado, o presente e o devir. Segundo Barroco (2010) tal concepção é vincada ao primado ontológico do trabalho compreendido como atividade social e histórica auto construtiva dos seres humanos através do intercâmbio com a natureza.

Ao transformar a natureza de acordo com suas necessidades, o homem também vai se transformando e sendo sucessivamente conduzido a novas e complexas necessidades materiais e espirituais e se torna em ser social.

Barroco (2010), uma referência intelectual do Serviço Social para o tema da ética, destaca a liberdade enquanto núcleo central da dimensão ética, sendo a capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetivas das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas. Ser ético, é ser livre, consciente e criativo para a objetivação e subjetivação do ser social enquanto ser autodeterminante.

No capitalismo o trabalho se transfigura de sua essência emancipadora enquanto atividade consciente e livre, convertendo-se em atividade estranhada, alienada. Os sujeitos não se reconhecem enquanto sujeitos do seu próprio processo criador. Incide sobre todas as formas de objetivação material e espiritual. Afirma Barroco (2010), portanto, aliena também a moral.

A sociabilidade do capital introduz um novo ethos que nega a emancipação humana: ao naturalizar as relações sociais desiguais de exploração que engendra legitima-se, conservando a ordem vigente expropriadora da riqueza social e humana.

Na sociabilidade capitalista as escolhas morais podem não significar escolhas livremente orientadas. Barroco (2010) afirma que sob a mistificação da ideologia os nexos da realidade são obscurecidos. Perpetua uma moral individual e conservadora que impossibilita a efetivação plena das capacidades da generacidade humana. A sociabilidade burguesa apresenta entraves a conexão indivíduo-gênero ao negar a efetivação plena dos sujeitos éticos, provocando a sua alienação moral.

A ética profissional abarca tanto as determinações sócio-históricas, quanto aos reflexos já existentes dessa sociabilidade, o que segundo Barroco (2010, p. 69) recaí e “rebatem na profissão de modos específicos”.

Para a autora, a ética profissional requer e supõe uma articulação do seu cotidiano com as dimensões de múltiplas mediações, tais como a filosófica, o *ethos* profissional e o ético político por meio do Código de Ética Profissional. A ética profissional para além de estabelecimento de conceitos de condutas, de normas e de princípios éticos no cotidiano na área profissional fundamenta por meio da práxis profissional um conjunto de mediações tendo como pilar central as dimensões e concepções sócio-históricas de profissão e projetos societários.

As mediações éticas e morais da origem da profissão vinculam o Serviço Social aos valores e tratamento moral das expressões da questão social, tendo

em vistas os interesses do Estado burguês e dos projetos sociais conservadores, dentre eles da Igreja Católica.

E para atualizar essa análise, precisamos indagar/investigar sistematicamente quais são as mediações éticas e morais que predominam atualmente no Serviço Social, tendo em vista a relação entre projeto profissional e projeto societário.

Nesse sentido, as análises críticas dos Códigos da profissão vão além das abordagens que se inserem em um foco de evolução linear, examinando-os a partir dos processos de continuidades e rupturas que incidem nas suas formulações, em cada momento da história da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Código de Ética das/dos Assistentes Sociais em vigor no Brasil é fruto de um amplo processo de debate e estudos produzidos com base na investigação acadêmica e estabelece um conjunto de princípios fundamentais norteadores da profissão em consonância com o projeto ético-político profissional que se expressa na organização profissional, inscrito na vertente de ruptura com o conservadorismo.

E, considerando a relação entre patriarcado, machismo racismo, xenofobia e capitalismo, na perspectiva da sociedade brasileira, os princípios fundamentais do Código de Ética das/dos Assistentes Sociais, de 1993, orientam a postura ético-política contra a exploração, a dominação e a opressão de gênero/sexo e raça que se expressam em relações desiguais, hierarquizadas e contraditórias, sustentadas historicamente na divisão social, técnica, sexual e étnico racial do trabalho.

Nos tempos de hoje de regressão civilizatória, neofascismos, negacionismo, barbárie e irracionalismo a questão ética é essencial. Não como uma saída lateral, uma fuga do real, pelo contrário, a ética é essencial como afirmação da liberdade com igualdade social e da individualidade como dimensão e expressão da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do Trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e anegação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 2000.

ANTUNES, R. *O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social. Fundamentos Ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.

BARROCO, M. L. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.4)

CARDOSO, P. F. G. *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil*. Capinas, São Paulo: Papel Social, 2013.

CFESS. *Código de Ética do Assistente Social*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1993.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social*. Esboço de uma Interpretação Histórico - Metodológica. São Paulo: Ed. Cortez, 1983.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Os Economistas, v.1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX K. *Para a Crítica da Economia Política*. Tradução Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982.